

Projeto de Resolução n.º 1353/XIV/2.^a

Recomenda ao Governo o apoio à produção e promoção de produtos com origem na
Agricultura Biológica

Exposição de motivos:

A crise pandémica que atravessamos e as alterações climáticas devem estimular uma transição para modelos de produção que contribuam para o restauro do equilíbrio natural e sustentável entre a atividade humana e os recursos naturais do planeta. É por demais evidente que o futuro da agricultura tem de passar por uma transição para modelos mais sustentáveis, capazes de respeitar os limites dos recursos naturais do planeta, diminuir drasticamente os seus impactos nas alterações climáticas, a saúde pública e valorizando o consumo de produtos locais.

A tudo isto responde a chamada Agricultura Biológica, pelo que a própria União Europeia definiu como meta para 2030 atingir os 25% da área agrícola destinada à agricultura biológica até 2030, uma meta ambiciosa tendo em conta que, segundo os dados do Eurostat, a média em 2019 foi de 8,5%. Portugal continua abaixo da média europeia com uma percentagem de área agrícola destinada à Agricultura Biológica de 8,2%¹ em 2019.

Portugal possui excelentes condições para a prática deste tipo de agricultura, mas estamos ainda muito longe da meta definida pela UE, pelo que é urgente implementar ações concretas para que o nosso país consiga atingir este objetivo nos próximos 10 anos. Aliás, Portugal foi o país da União Europeia que menos expandiu a área destinada à Agricultura Biológica nos últimos seis anos. Além disso, a área relativa ocupada por este modo de cultivo também ficou

¹ <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/-/ddn-20210127-1?redirect=%2Feurostat%2F>

abaixo da média comunitária, segundo a Eurostat, e verifica-se que a maioria dos apoios foi absorvida pelas pastagens, o que faz com que cerca de 60% da área de produção biológica seja referente a pastagens que servem de alimento a animais, que na sua maioria não seguem todo o percurso biológico, pelo que não faz qualquer sentido este investimento, que não responde aos anseios dos consumidores.

Portugal beneficia de fatores geográficos, climáticos, geológicos, etc. para a prática de Agricultura Biológica, mas não consegue produzir o suficiente para um mercado que cada vez mais procura produtos com origem biológica, pelo que tem que importar grande parte desses produtos, o que contraria os princípios da redução da pegada carbónica quando podia e devia dar resposta à procura do mercado.

Além da necessidade de reforçar os apoios à Agricultura Biológica, é igualmente importante reduzir o investimento de fundos públicos em modelos agrícolas com grande pegada carbónica e consumo de recursos naturais para aumentar a motivação dos agricultores em apostar no caminho da sustentabilidade, investindo na Agricultura Biológica. Para que isso aconteça é importante reduzir o gasto dos apoios financeiros no desenvolvimento da agricultura intensiva e superintensiva, desincentivando os produtores a seguir esse caminho, numa altura em que a Europa já reconhece que temos de encontrar outras soluções para as políticas agrícolas. Em Portugal é igualmente importante que o Estado não continue a autorizar que estas explorações agrícolas intensivas e superintensivas sejam desenvolvidas em áreas naturais protegidas ou em parques naturais, de que é exemplo o Parque Natural do Sudoeste Alentejano/Costa Vicentina.

A promoção da agricultura biológica contribui para a preservação do meio ambiente mas também para a saúde das pessoas. Constitui ainda uma excelente forma de sensibilização para os problemas ambientais e pode tornar-se num caminho sustentável para a dinamização do interior rural do país, combatendo a desertificação e o abandono de terras, para além de ter um elevado potencial na promoção de produtos saudáveis e autóctones, uma vez que é possível a produção de qualquer alimento em modo biológico.

Nos últimos anos, o Governo tem realizado um extenso trabalho de análise e desenvolvimento de estratégias para a promoção da Agricultura Biológica, no entanto, e apesar do trabalho realizado, falta colocar em prática as estratégias encontradas. A Agricultura Biológica continua a enfrentar demasiadas dificuldades e continuam a não existir programas específicos que incentivem os agricultores a converter a sua produção para modelos mais sustentáveis.

Em 2016 foi criado um Grupo de Trabalho para avaliar, preparar e apresentar uma proposta de Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica (ENAB) e um Plano de Ação (PA) para a produção e promoção de produtos Biológicos, através do Despacho n.º7665/2016, de 9 de Junho, do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural. O Grupo de Trabalho desenvolveu a Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica estruturada em três eixos de ação e cinco objetivos estratégicos, e o Plano de Ação consubstancia os seus objetivos operacionais.

É tempo de colocar em prática esta estratégia com vista à concretização dos objetivos estabelecidos pela União Europeia, aumentando significativamente a área agrícola de produção de Agricultura Biológica bem como o escoamento dos produtos por forma a estimular a produção nacional.

A proposta em apreço defende uma estratégia de investimento no incentivo à produção em modo de Agricultura Biológica, aliada à gestão sustentável de habitats agrícolas, constituindo um passo no sentido das metas comunitárias, numa área em que Portugal poderá ser uma referência, e onde os consumidores estão bastante sensíveis a esta questão.

O 2º Grande Inquérito à Sustentabilidade² indica que 72,7% dos inquiridos concordam com políticas que incentivem a produção e consumo de Agricultura Biológica, e mostra ainda um interesse dos consumidores no incentivo ao consumo de produtos biológicos na alimentação escolar. O consumo de produtos de agricultura Biológica nas cantinas escolares é bastante

² https://missao.continente.pt/sites/default/files/pdfs/2qisp_16092019final_compressed_0.pdf

consensual na sociedade e uma das soluções apresentadas na Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica. Para além de se tratar de uma forma de promover a sensibilização dos mais jovens para os problemas da sustentabilidade ambiental e alterações climáticas, constitui uma medida muito importante para a saúde dos alunos e alunas. Esta medida pode passar pelo apoio à criação de hortas escolares de agricultura biológica, fomentando a importância do consumo de legumes saudáveis na dieta das crianças e jovens. Ao contrário da agricultura convencional, os produtos de Agricultura Biológica são colhidos no estado ideal de maturação, e só neste estado os alimentos fornecem tudo aquilo que o nosso organismo precisa para termos uma boa saúde.

O consumo de produtos de Agricultura Biológica nas cantinas escolares, é um primeiro passo para contribuir para um aumento sustentado da produção e do aumento da área agrícola.

É necessário ainda garantir que a Agricultura Biológica seja protegida dos impactos negativos da agricultura intensiva e superintensiva, nomeadamente da contaminação das suas produções com vários produtos químicos, que são proibidos no modo de produção biológica, com origem em produções vizinhas e que têm levado à suspensão da certificação das suas produções. Importa, por isso, proteger os agricultores que investem em modos de produção mais sustentáveis e que respeitem o equilíbrio ecológico e a saúde dos consumidores.

A escassez de água é considerada um dos maiores desafios das próximas décadas, afetando seriamente o futuro da agricultura em Portugal.

Um estudo recente, designado “O uso da água em Portugal: olhar, compreender e atuar com os protagonistas-chave”³, promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian e desenvolvido pelo C-Lab – The Consumer Intelligence Lab entre 2019 e 2020, conclui que até 2040 pode mesmo faltar água em Portugal para as atividades mais básicas, prevendo-se que possa comprometer

³ <https://gulbenkian.pt/publication/o-uso-da-agua-em-portugal-10-ideias-chave/>

não só a saúde pública como a produção agrícola nacional e o grau de autossuficiência alimentar de Portugal.

Sabendo-se que a agricultura absorve 75% do uso de água em Portugal, é urgente promover uma utilização mais sustentável deste recurso fundamental reduzindo significativamente este valor. O consumo de água na agricultura em Portugal ultrapassa largamente a média da União Europeia (24%) e chega a ser superior à média mundial (69%).

O investimento na agricultura biológica contribui para minimizar este problema, uma vez que os produtos com origem nestes métodos de produção permitem um uso muito mais eficiente da água, além de reduzir os impactos de contaminação de águas subterrâneas.

Por estes motivos é fundamental que o Governo promova a Agricultura Biológica, através do estímulo da produção e do consumo de alimentos saudáveis, com vista a atingir as metas definidas na Estratégia Nacional e pela União Europeia.

Ao abrigo das disposições Constitucionais e Regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PAN propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo:

1. Reabrir medidas de apoio financeiro à conversão para Agricultura Biológica, garantindo que os apoios se destinam exclusivamente a este tipo de agricultura;
2. Alocar recursos financeiros à execução plena da Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica (ENAB) e Plano de Acção (PA) 2017-2027;
3. Dotar financeiramente a assistência técnica apoiada aos novos agricultores;
4. Promover a formação profissional em Agricultura Biológica e gestão de Habitats Agrícolas acompanhada de instalação de campos de demonstração regionais;
5. Desenvolver um programa de incentivos à gestão sustentável de habitats agrícolas;

6. Restringir a produção agrícola intensiva e superintensiva em áreas naturais protegidas (parques naturais, Rede Natura 2000, etc.) priorizando o desenvolvimento de Agricultura Biológica nessas mesmas áreas;
7. Penalizar os produtores que contaminem produções de agricultura biológica com produtos químicos considerados nocivos para o ambiente e saúde dos consumidores.
8. Desenvolver um projeto de promoção de alimentação saudável nas cantinas dos estabelecimentos de ensino público (escolas e universidades) através do qual estabelece protocolos com produtores para fornecimento de alimentos com origem na Agricultura Biológica;
9. Desenvolver programas escolares relacionados com a importância da Agricultura Biológica na sustentabilidade ambiental e no consumo de alimentos saudáveis, promovendo a produção de hortas biológicas nas escolas.

Assembleia da República, Palácio de São Bento, 18 de junho de 2021

As Deputadas e o Deputado,

Bebiana Cunha

Inês de Sousa Real

Nelson Silva